

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 16 de Abril, 2021 Número 25

Português

ACADÉMICO ANGOLANO FERNANDO MACEDO NÃO TEM DÚVIDAS:

Combate à corrupção em Angola está a ser feito num contexto de Estado autoritário e da maneira como deseja o MPLA

O discurso de combate à corrupção em Angola começa a ganhar força em 2017, com a ascensão de João Lourenço à Presidência da República, sucedendo a José Eduardo dos Santos que dirigiu o segundo maior produtor de petróleo em África durante 38 anos. O combate à corrupção e ao enriquecimento ilícito ganhou visibilidade mediática ao atingir figuras da elite política e empresarial há muito consideradas como sendo intocáveis.



Professor Fernando Macedo

É por esta e outras razões que Fernando Macedo, Professor de Ciência Política e Direito Constitucional na Universidade Lusíada de Angola, considera que o combate à corrupção está a ser feito no contexto de Estado autoritário, da maneira como o Partido-Estado (MPLA) quer e à medida da estratégia escolhida pelo Presidente angolano que é, ao mesmo tempo, líder do MPLA.

“Em 2017, eu disse que não percebia como o combate à corrupção poderia ser feito atendendo ao facto de a cúpula do MPLA estar profundamente envolvida na corrupção. E neste momento as evidências que temos estão a dar-me razão, porque o combate à corrupção está a ser selectivo”, defendeu o académico angolano, orador principal no *webinar* sobre “Recuperação de Activos da Corrupção em Angola e Implicações para Moçambique”, organizado pelo FMO na terça-feira.

Na avaliação do Professor Fernando Macedo, não é só o regime de Luanda que é autoritário: é também a própria Constituição da República que é autoritária por conter “algumas disposições que em determinadas circunstâncias permitem que o titular do poder executivo exerça o poder sem freios”.

Por isso, Macedo diz que só acreditará no combate à corrupção quando o Presidente de Angola começar a agir de maneira imparcial e séria, sem emitir sinais suspeitos sobre o funcionamento das instituições. Concretamente, o académico angolano acusa João Lourenço

de proteger e promover figuras políticas e magistrados judiciais suspeitos de prática de crimes de corrupção.

O Presidente angolano promoveu ao grau de brigadeiro o actual Juiz Presidente do Tribunal Supremo de Angola e do Conselho Superior da Magistratura Judicial. A promoção, diz o orador, aconteceu numa altura em que o Presidente do Tribunal Supremo era alvo

de queixas na PGR por violação gritante da Constituição e das leis. “Ele anulou a decisão judicial do Tribunal de Comarca de Benguela, o que constitui um grave atentado contra o Estado de Direito Democrático. A questão que se coloca é: perante decisões judiciais que desagradem o Presidente do Tribunal Supremo, ele poderá repetir esta grave violação da Constituição e da lei, anulando sentenças dos tribunais inferiores sem ter a competência para tal”.

Outra denúncia feita contra o Presidente do Tribunal Supremo tem que ver com nepotismo. “Sem competência para o efeito, porque cabe ao Conselho Superior de Magistratura Judicial, ele seleccionou uma

filha que é juíza para participar de uma formação em Portugal. Houve denúncia por parte da Associação de Juizes de Angola, foi intentado um procedimento cautelar, mas nada avançou. São feitas denúncias reiteradas e o Juiz Presidente do Tribunal Supremo não só se mantém-se em funções, como também é premiado com uma promoção”, critica Fernando Macedo, apontando o dedo para o Estadista angolano.

“

Em 2017, eu disse que não percebia como o combate à corrupção poderia ser feito atendendo ao facto de a cúpula do MPLA estar profundamente envolvida na corrupção. E neste momento as evidências que temos estão a dar-me razão, porque o combate à corrupção está a ser selectivo

”



João Lourenço Presidente de Angola e líder do MPLA

Créditos: e-Global

PGR dependente de sinais políticos para investigar figuras da elite política e empresarial

Enquanto titular do Poder Executivo, o Presidente angolano tutela a Polícia de Investigação Criminal e a Inspeção-Geral da Administração do Estado – um órgão que pode ter um papel activo no combate à corrupção. A legislação dá-lhe ainda de influenciar o Procurador-Geral da República nas investigações de crimes de corrupção.

Todavia, Macedo critica falta de coerência e seriedade do Estadista angolano. “Logo depois de iniciar as funções, houve um caso de um senhor (Edeltrudes Costa) que trabalhava na Presidência da República que foi sujeito à abertura de inquérito na Suíça e uma televisão portuguesa fez uma investigação e demonstrou o seu envolvimento em crimes de corrupção. Mesmo assim, João Lourenço manteve-o como chefe do seu gabinete. Isto é mau sinal porque o Procurador-Geral da República não se sentiu confortável em avançar com a investigação, ainda que ele esteja obrigado a agir de forma independente”.

Aliás, o académico angolano diz mesmo que actuação da Procuradoria-Geral da República de Angola mostra uma forte dependência dos sinais do poder político: “Foram apresen-

tados vários pedidos ao Procurador-Geral da República para proceder à investigação para apurar fortes indícios de corrupção envolvendo figuras políticas, como o antigo vice-Presidente Manuel Vicente, o general Kopelipa, o actual Presidente da Assembleia da República e tantos outros, mas não foi aberto nenhum inquérito. Nota-se uma postura de dois pesos e duas medidas por parte da PGR”.

Isto é, os agentes públicos de escalão médio ou baixo é que são visados pelas investigações da PGR. Aponta para a existência de muitos processos abertos contra administradores municipais, alguns gestores de empresas públicas e governadores provinciais e em outros casos já houve condenação de alguns dirigentes.

O Parlamento angolano é outro órgão de poder que não assume a luta contra a corrupção com a seriedade que a matéria exige. “Assembleia da República tem rejeitado de forma sistemática os pedidos de constituição de comissões parlamentares de inquérito para investigar suspeitas de corrupção nas instituições do Estado, como na Sonangol e BPA (Banco Privado do Atlântico)”.



Isabel dos Santos

“Combate à corrupção em Angola não se pode cingir ou limitar a Isabel dos Santos”

Fernando Macedo critica também a actuação parcial dos órgãos de informação públicos, em clara violação do princípio que lhes obriga a promover a boa governação e a gestão honesta da coisa pública através de jornalismo de investigação. O que se nota, explica o orador, é que aquelas pessoas suspeitas de prática de corrupção e que são percebidas como adversárias ou inimigas do Presidente João Lourenço são expostas nos órgãos públicos e publicita-se tudo que acontece nas suas vidas enquanto empresários.

Isabel dos Santos é disso exemplo. Seu caso tornou-se mediático não só pelas suspeitas que pesam sobre ela, mas também por ser filha do antigo Presidente José Eduardo dos Santos. Mas a mesma imprensa controlada pelo Governo não reportou as denúncias feitas contra o Presidente do Supremo e do caso de Edeltrudes Costa, o chefe de gabinete de João Lourenço.

“O combate à corrupção em Angola não

se pode cingir ou limitar a Isabel dos Santos. A sociedade civil angolana tem defendido o princípio de universalidade e de igualdade de tratamento para todas aquelas pessoas que sejam suspeitas de práticas de actos de corrupção. A corrupção em Angola abrange mais pessoas dentro do MPLA e do Estado, mas não estão a ser perseguidas pela justiça”.

Macedo lembra que a corrupção em Angola foi institucionalizada durante a transição democrática e a passagem da economia centralizada à economia de mercado, sobretudo quando o MPLA entendeu que era estratégico criar uma burguesia nacional. “No quadro dessa estratégia, e sob a justificação da inevitabilidade do princípio de acumulação primitiva do capital, os primeiros e principais beneficiários foram os membros do Partido, alguns com cargos de direcção no Estado. E nós temos um casamento entre a elite pública (que exercem o poder político) e a

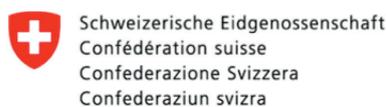
elite económica. Isto é pernicioso para a afirmação do Estado de Direito Democrático”.

Apesar de reconhecer algum esforço estatal na recuperação de activos de corrupção, o orador do webinar organizado pelo FMO defende que uma das formas eficazes seria por via de funcionamento sério do sistema bancário, no topo do qual está o Banco Nacional de Angola que, para algumas questões, têm poder de orientação. “Há uma regra que decorre das normas jurídicas segundo a qual a partir de um certo montante depositado, o banco deve accionar mecanismos de controlo da licitude desse valor. Eu acho que um banco comercial deveria infor-

mar às autoridades competentes sobre casos de clientes que têm elevadíssimas somas de dinheiro e que ao mesmo tempo são agentes públicos”.

Sobre as lições que Moçambique que poderia tirar da experiência angolana na recuperação de activos, o orador preferiu não elaborar muito, justificando que desconhece a realidade moçambicana. Mas deixou uma: “Se há uma lição a merecer atenção e reflexão dos moçambicanos é não termos dúvidas de que o combate à corrupção em Angola está a ser feito na lógica de um regime autoritário e que esse regime está longe de fazer um combate sério, universal e imparcial”.

Membros do FMO



Embaixada da Suíça em Moçambique

Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Emídio Beúla</p> <p>Rua Dar-Es-Salaam N° 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo</p> <p>+258 21 085 797 info@cddmoz.org www.cddmoz.org</p> <p>@CDD_Moz @CDDMoz @CDD_Moz</p>	<p>www.fmo.org.mz fmomozambique@gmail.com</p> <p>FMO.Mozambique @FMO_Moz</p> <p>Youtube</p>